

FLÁVIO FAVA DE MORAES

Universidade-empresa:
existe
catalisador?

2



S

ão incontáveis as publicações de diferentes naturezas que, principalmente a partir de 1960, procuram tratar do polêmico binômio universidade-empresa. O tema torna-se cada vez mais abrangente, pois, iniciado quase que exclusivamente no amplo espectro das indústrias de engenharia e biomedicina, inseriu-se atualmente na área das ciências humanas e sociais, aí destacando-se o direito, a economia, a administração, a sociologia, a história, as artes, etc. Aliás, felizmente chegou-se à conclusão de que é indispensável a colaboração desses setores para esclarecer nossa compreensão sobre o impacto e as conseqüências do desenvolvimento tecnológico emergente. A ausência de tais estudos fundamentam, nos dias de hoje, muitos “avanços” tecnológicos que redundaram em mais desencantos, desastres e prejuízos sociais, ambientais e culturais do que se poderia imaginar.

Da mesma forma, enfatizando-se a autonomia universitária, são múltiplas as denominações utilizadas na definição entre os dois setores, tais como, entre tantas: relação, cooperação, parceria, interação, integração, sociedade, participação, colaboração, etc.

Historicamente, a questão já é centenária (embora iniciada em escala muito menor) e teve (ainda tem!) mútua desconfiança entre as partes. Esse divisor comportamental era determinado pelo lado acadêmico como indispensável à liberdade intelectual e à não-subordinação ao interesse empresarial e, deste último lado, baseado em certa incredibilidade quanto à competência daqueles na solução de problemas práticos e imediatos. Todos esses aspectos, de fato, eram argumentações eufemísticas ou sofismáticas de outras duas realidades ocultas e inconfessáveis, que traduziam, por um lado, a incapacidade de converter a qualificação intelectual em soluções de problemas e, do outro lado, a volúpia pelo lucro imediato a qualquer custo, como até mesmo o da dependência (risco) da soberania nacional.

Para reverter esse quadro retrógrado, algumas iniciativas foram tomadas e, na sua grande maioria, fracassaram ou ainda apresentam resultados discretos mas promissores.

FLÁVIO FAVA DE MORAES é reitor da USP, professor titular do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB-USP) e ex-diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Essa afirmação é obviamente generalista, porque seria ignorância e ingenuidade não reconhecer a existência de casos plenamente exitosos. Das várias iniciativas, caberiam ser destacadas, como exemplo, aquelas que explicitaram na universidade ações concretas, tais como: valorização da pró-reitoria de extensão; órgãos de consultoria e transferência de tecnologias; incubadoras; fundações; programas de estágio e/ou bolsas para estudantes na empresa; contratação de empresários para participarem do ensino; cursos de educação continuada; vinda de professores visitantes do exterior; organização de simpósios, seminários e congressos; criação de disciplinas, na graduação e na pós-graduação, com temáticas diretamente vinculadas às tecnologias necessárias ao desenvolvimento; teses com objetivos inovadores, gerando conhecimento viável de ser usado; e aquela considerada mandatória, ou seja, a formação de gestores na área de ciência e tecnologia. Aliás, a falta de gestão foi problema maior do que o científico-tecnológico em muitos episódios de triste memória.

As iniciativas por parte da empresa foram muito menores quanto ao seu interesse em procurar a universidade. Isso não invalida a boa recepção que, pelo menos nas intenções, muitos empresários demonstram ao serem procurados pelos universitários. E, justiça seja feita, já temos alguns poucos exemplos de empresas (inteligentes) que, após dominarem o controle de qualidade, instalaram seus próprios laboratórios de pesquisa e desenvolvimento, tornando-se paradigmáticas perante o conceito de que investimentos corretamente realizados serão lucro e credibilidade garantidos. Estudos sociais que não combatam o lucro e ajudem a lhe dar adequada destinação seriam muito relevantes para ampliar o respeito dessas mesmas empresas. Outra iniciativa da boa empresa ao estar junto com a universidade, e que só lhe proporciona vantagens, é a singular oportunidade de identificar precoce e privilegiadamente os melhores alunos e, portanto, seus futuros e competentes quadros profissionais.

O governo também despertou para essa relevante questão e encontrou alternativas para proporcionar mecanismos operacionais e incentivos fiscais (leis 8.248 e 8.661) para financiarem, subsidiadamente, a conquista do desenvolvimento e, assim, qualificarem

as empresas para a competição e para a competitividade. Entretanto, até o momento, não são elogiosos os resultados do uso de tais incentivos pelos empresários, o que não deixa de ser surpreendente.

Portanto, se há declarado interesse de todos, empresa-universidade-governo, quais as causas que obstaculizam o bom andamento desse complexo, desejado e indispensável casamento, incompreensivelmente atrasado?

Poder-se-ia dizer que muitas causas já foram identificadas ou que as realmente verdadeiras ainda não foram descobertas. Todavia, uma causa dificilmente deixa de ser consensual na relevância dessa temática. É a relação direta, no êxito ou no fracasso de cada projeto na parceria universidade-empresa, com a respectiva presença ou ausência do estudante de graduação e/ou pós-graduação (aqui também pode ser incluída, em menor escala, a figura do estagiário recém-formado). Eles constituem o coração do objetivo procurado, representando o agir com motivação, o desafio intelectual, a obsessão pelo acerto, a procura da credibilidade profissional, o horizonte do trabalho futuro e o compromisso com a disciplina hierarquizada, com a ética, a ciência e a técnica. Partícipe de programas com critérios bem estabelecidos e portando requisitos como os acima enunciados, o Brasil estará qualitativamente forte no mais basilar princípio para uma autêntica nação moderna; ou seja, terá preciosos e jovens cidadãos que, ao longo do tempo, serão os líderes de outros jovens idênticos que estarão iniciando o mesmo e futuroso percurso. Não será supérfluo recordar que os institutos de pesquisa e estatais que não integraram estudantes de graduação ou pós-graduação em suas atividades tornaram-se defasados. Isto porque seu corpo técnico nunca terá a facilidade temporal e a disposição mental equivalentes às do estudante perante o encontro e domínio do estado atual do conhecimento. É a universidade, embora de forma não exclusiva, que será sempre a arena matriz para o avanço da pesquisa científica e tecnológica. E, se o saber de vanguarda é uma preocupação permanente na universidade, é também nela que a empresa encontrará muito da tecnologia necessária já disponível e ainda não praticada por muitos.

Os estudantes qualificados sabem que, se forem dedicados, poderão errar sem ser

punidos e que têm tempo suficiente para, sem desanimar, retomar o desafio. São eles também, notadamente os pós-graduados recentes, o melhor investimento em capital humano disponível para treinamento temporário na matriz específica do conhecimento internacional. Nesse ponto existirá mais facilidade e - por que não? - até maior relevância na sua inserção em programas de pesquisa mais fundamental, pois haverá dificuldades maiores no acesso de conhecimentos tecnológicos. Esse atributo poderá ser desenvolvido na empresa após o seu retorno, pois sua qualificação pessoal estará enriquecida de poder intelectual abrangente e não-vinculado a técnicas contemporâneas de duração efêmera.

Os estudantes serão, pois, a razão de ser principal, embora subjacente, do êxito da associação universidade-empresa e a salvaguarda do quanto a universidade precisa da empresa, em razão do cumprimento de nobres missões e não apenas para resolver questões de recursos financeiros extraordinários. Da mesma forma, os atuais estudantes, no futuro como empresários, não precisarão ser convencidos sobre a agradável dependência que terão da universidade para enxergar à distância e para evitar a miopia do imediatismo e da obsolescência intelectual, tecnológica e administrativa.

Entretanto, faltará ainda resolver a questão quantitativa, pois a formação numérica dessa juventude ainda está abaixo da crítica. Temos em torno de apenas 1,6 milhão de estudantes no curso superior, o que representa perto de 1% de nossa população. A matrícula desses estudantes está muito con-

centrada em áreas humanas e sociais, quando comparada à das áreas de ciências mais "duras", o que precisa ser melhor estudado. Por outro lado, na média, temos 1 estudante universitário de escola pública para cada 2 em instituições particulares. É notória a conclusão de que infra-estrutura e pesquisa são, com raríssimas exceções, investimentos custosos e predados vinculados mais às universidades públicas.

Para agravar ainda mais a questão numérica, temos atualmente algo como 50 mil estudantes de pós-graduação cujas matrículas também são mais ou menos 50% entre setores de exatas-biológicas e de humanidades. O Brasil precisa formar profissionais competentes em todos os campos do conhecimento, mas estamos longe de tê-los na proporção dos desafios tecnológicos existentes e urge criarmos mais oportunidades e condições aos nossos jovens, desde os primórdios dos bancos escolares.

E, para concluir, a construção desse caminho não é incompatível com a participação conjunta e autônoma da tríade universidade-empresa-governo.

Como afirmamos no início, não há mais nenhum setor do saber em que essa integração não possa ocorrer e em que não haja muitos otimistas e poucos céticos. E, repetimos com convicção, sempre que houver o estudante envolvido, teremos o CATALISADOR necessário para que não haja inércia, isolamento, e, mesmo que o sucesso não seja total, estaremos enfrentando com criatividade o prazer do risco, à semelhança dos países que se tornaram ricos e desenvolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOTTA, W. et alii (orgs.). *Universidade e Indústria: Depoimentos*. São Carlos, Editora UFSCar, 1991.
- CANO, D. J. "Universidades, Competitividad y Hombres de Negocios", in *Educación Brasileira*, 16 (32): 79-108, 1994.
- CNPq. *Ciência e Tecnologia. Alicerces do Desenvolvimento*. São Paulo, Cobram, 1994.
- DRUCKER, P. *Sociedade Pós-Capitalista*. Pioneira, São Paulo, 1993.
- . "A Ascensão da Sociedade do Conhecimento", in *Diálogo*, 27 (3), 1994, pp. 13-8.
- MARCOVITCH, J. *Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão*. São Paulo, Edusp, 1994.
- PEIXOTO, M.C. L. et alii. *Setores Sociais e a C & T. Estudos para o Planejamento em Ciência e Tecnologia*. Vol. 1. Brasília, CNPq, 1988.
- PLONSKI, G. A. *Cooperación Empresa-Universidad en Iberoamérica*. São Paulo, Cytad, 1993.
- RIBEIRO, D. *Universidade para quê?* Brasília, Ed. Univ. de Brasília, 1986.
- SAGASTI, F. R. *Tecnologia, Planejamento e Desenvolvimento Autônomo*. São Paulo, Perspectiva, 1986.
- THUROW, L. "Poder Intelectual Definirá Mundo do Futuro", in *O Estado de S. Paulo*, 1994, pp. B-18, 17-12.
- VELLOSO, J. P. R. *Inovação e Sociedade. V Fórum Nacional. As Bases do Desenvolvimento Moderno*. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1994.